

APRESENTAÇÃO

Extensão universitária: espaço de desenvolvimento de competências e produção de saberes

Ev'Ângela Batista Rodrigues de Barros¹

As últimas décadas do século XX e iniciais do XXI têm sido marcadas por um conjunto de avanços e retrações no que se refere à disseminação e consolidação da Extensão universitária. Depois de longo processo de revisão sobre suas origens, em relação ao seu processo de consolidação, podemos considerar que hoje, nas universidades brasileiras, a Extensão superou a pecha do assistencialismo, e há mais clareza em relação às suas inúmeras potencialidades como coformadora dos graduandos e produtora de saberes.

A necessidade de se vencer a concepção acerca da Extensão universitária num viés assistencialista fica claro se pensarmos, com Calderón (2003 *apud* Pereira dos Santos, 2012), que a lógica de atuação por meio da Extensão não é unilateral, mas sim, de retroalimentação, pois

A ideia que está por detrás desse entendimento é basicamente a seguinte: aqueles que têm, estendem àqueles que não têm. Essa visão assistencialista traz, pois, uma direção unilateral, ou seja, é uma espécie de rua de mão única: só vai da universidade para a sociedade. A mão inversa não é considerada. É interpretada como não existente. Logo, não se leva em conta o que vem da sociedade para a universidade, seja em termos da sociedade sustentando o ensino superior, seja em termos do próprio saber que a universidade elabora. (CALDERÓN, 2003, p.37 *apud* PEREIRA DOS SANTOS, 2012, p.157).

Perceber essa relação dialógica, embora aparentemente tão óbvia, não foi algo trivial – cada sujeito participante das diversas modalidades extensionistas reconhecer que, concretamente, atua numa universidade contextualizada, inscrita numa realidade complexa e multifacetada como o é a sociedade brasileira, é processo demorado, conquanto necessário, característico de uma concepção que sobreleva a função social da universidade. Nesse sentido, a perspectiva de sair dos muros e olhar para além do imediato, firmando cada vez mais o compromisso com os setores sociais diversos que constituem o entorno (mediato e imediato) é o que configura a razão de ser dessa instituição.

¹Professora do Departamento de Letras da PUC Minas. Coordenadora Adjunta do CESPUC. Coordenadora editorial da Revista Scripta e editora dos Cadernos CESPUC de Pesquisa. Editora de Conecte-se! Revista Interdisciplinar e da Revista do Instituto de Ciências Humanas. Coordenadora do Pibid PUC Minas.

A desejável e salutar aproximação entre o interno da universidade e seu externo, a comunidade em que se insere de forma mais próxima ou ampliada, é proporcionada pela Extensão Universitária, que assume papel de articuladora de um processo interdisciplinar, em que se unem as dimensões educativa, cultural, científica e política, promovendo a necessária formação ética, estética e política dos graduandos. Sob a égide do princípio de institucionalização da indissociabilidade (triangulação Ensino, Pesquisa e Extensão), promove-se a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (cf. preconizado pelo FORPROEX, 2010).

Se o ensino tem sua razão de ser na necessária relação com as demandas sociais, e isso circunscreve o que se torna – a cada momento histórico e a cada contexto político, econômico e social – relevante à agenda de uma comunidade, a Extensão possibilita o clareamento da visão e o aguçamento do senso crítico dos educandos, a partir das experiências vivenciadas, das buscas efetivadas de soluções para problemas que emergem no cotidiano – isso é o que se salienta nos inúmeros textos que compõem este volume de **Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão**.

Gurgel (2010 apud FERNANDES *et al.*, 2012) mostra como a capacidade de interligação da universidade / comunidade, papel preponderantemente exercido pela Extensão, pode ressignificar as demais funções sociais esperadas da universidade:

A pesquisa também possui relação com a comunidade, por meio da descoberta de remédios, vacinas, tratamentos, desenvolvimento de novas tecnologias e produtos, além de procurar soluções para os problemas que afetam a sociedade. E o ensino, por sua vez, também propicia uma maior qualificação dos sujeitos, capacitando-os para as lutas sociais e consequentes transformações da comunidade. (GURGEL apud FERNANDES *et al.* 2012, p.171)

Assim, cada eixo do tripé tem sua razão de ser e seu escopo de significação – a junção entre eles é que dá relevância social às ações acadêmicas. Não por acaso, Saviani (1984, p.48) afirma que “cabe à universidade socializar seus conhecimentos, difundindo-os à comunidade e se convertendo, assim, numa força viva capaz de elevar o nível cultural geral da sociedade”. Na mesma direção, para Pereira dos Santos (2012), espera-se da Universidade a formação científica do graduando, não em contraposição a suas experiências prévias de abordagem da realidade, mas numa relação de complementaridade:

Uma vez que o ensino (universitário) se destina à formação de profissionais de nível superior, centrando-se basicamente na transmissão do saber científico, e a pesquisa (científica) está diretamente voltada à produção de novos conhecimentos científicos e ampliação da esfera do saber humano, pode-se concluir que à extensão cabe a articulação da universidade com a sociedade, de tal modo que aquilo que ela produz em termos de novos conhecimentos e difunde através do ensino não fique restrito apenas ao espaço acadêmico. (PEREIRA DOS SANTOS, 2012, p.157-158).

Então, como articuladora privilegiada dessas dimensões, cabe à Extensão possibilitar, ao acadêmico, vivências significativas com base na interlocução entre os saberes acadêmicos e os populares, de modo a que isso nele fomente reflexões acerca das questões desafiantes e problemáticas da atualidade; também, que funcione como *lócus* da produção de conhecimentos e saberes, de problematizações que conduzam a pesquisas e busca de soluções; enfim, que propicie uma formação humanística, sintonizada com as demandas da realidade, para além do desenvolvimento das competências técnico-profissionais esperadas.

Para Fernandes *et al.* (2012), a materialização de tais funções ocorre porque

A extensão trabalha com o conhecimento e este, como salienta Freire (1992), exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Solicita sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda busca contínua. Implica invenção e reinvenção. Reivindica a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer assim, percebe o "como" de seu conhecer e os condicionamentos a que está seu ato submetido. Conhecer é ocupação de sujeitos e não de objetos. E é como sujeito e apenas como sujeito, que o homem pode realmente conhecer. Por isso mesmo é que, no processo de aprendizagem, somente aprende verdadeiramente aquele que se apossa do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo, reinventá-lo. Pelo contrário, aquele que é sobrecarregado por outros conteúdos cuja inteligência não percebe, de conteúdos que contradizem a forma própria de estar em seu mundo, sem que seja posto em desafio, não aprende. (FERNANDES *et al.*, 2012, p.171).

Ainda que haja unanimidade no que tange ao reconhecimento da relevância e imprescindibilidade da Extensão, como participe da formação dos graduandos de todas as áreas em termos de competências humanísticas e pessoais, para além das competências técnicas de que se ocupa também o âmbito do ensino e da pesquisa, em momentos de crise – sobretudo, de crise econômica e política, como ora enfrentamos –, as ações e os braços da Extensão se veem inexoravelmente restringidos, com demandas de readaptação, flexibilização. Ressalte-se, porém, o fato que uma das maiores aprendizagens da atuação neste âmbito da formação universitária consiste na capacidade de inovação, na busca da sustentabilidade, o que aguça também a criatividade dos envolvidos.

Uma outra aprendizagem importante que vem da prática extensionista é perceber que os métodos podem ser de variadas fontes e naturezas – não há apenas uma forma de realizar a incursão na realidade; não há um número ideal de participantes – todos os interessados podem fazê-lo, seja com bolsa ou como voluntário; não há um ponto de partida específico – as demandas sociais são inúmeras, renováveis / renovadas, conforme a própria dinâmica da sociedade; da mesma forma, também não há um ponto previsível de chegada – há potencialidades, algumas insuspeitas a uma primeira aproximação dos professores e extensionistas.

Ainda que com o claro propósito de intervir, de forma qualificada, e de sair daquele contexto, após certo tempo, a partir da perspectiva de autonomização dos sujeitos envolvidos, por vezes uma ação desencadeia outras, de forma a conclamar cada vez maior investimento – pessoal, profissional e mesmo financeiro – num determinado nicho da realidade – não raro, um projeto extensionista que começa tímido acaba ganhando fôlego, desdobramentos e, com o tempo, pode se tornar um programa, algo mais consolidado e complexo, a partir de maiores demandas e ampliação dos atores envolvidos.

Assim, alguns dos artigos trazidos neste volume de **Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão** evidenciam situações como a mencionada acima: trata-se de projetos de que, hoje, se articulam em relação interdisciplinar com outros, cada um atendendo a um nicho específico de uma realidade mais ampla, como o é o caso da produção dos memoriais descritivos e da assistência a comunidades quilombolas mineiras, a fim de tornar tais agrupamentos em autogestionados, visando à obtenção do reconhecimento de seus direitos e a propriedade das terras em que vivem. Isso não se dá sem conflitos, sem obstáculos referentes ao investimento financeiro que se exige, gerando um campo de tensões, algumas frustrações e conflitos, porém, igualmente, um campo de experiências vivenciais, aprendizagens e sucessos.

Sob essa perspectiva, a tensão seria a expressão do compromisso social do próprio conceito de universidade, sendo uma concepção que se origina no momento em que é adotado o modelo de universidade como a conhecemos, no momento em que ela é construída ou que se lhe atribuíram objetivos sociais, políticos e culturais.

Longe de se constituir em mais um gueto na sociedade – e, pelo contrário, regida pela demanda de ser instrumento de reconhecimento das diversidades e interdependências que existem no real –, a universidade do momento presente se vê impelida a se expor e buscar que a sociedade exponha suas demandas – essa relação visceral e dialógica é que sustentará as transformações necessárias a essa instituição, a fim de “endireitar” seus rumos e se consolidar como imprescindível à consolidação de uma sociedade democrática. É tarefa de grande envergadura, que nos conclama, a todos que nela atuamos, a uma postura reflexiva e crítica. Mais ainda, demanda a materialização da indissociabilidade entre os vértices da atuação universitária, a partir de transformações nos projetos pedagógicos dos cursos (PPC) da graduação, suscitando o diálogo entre graduação e pós-graduação;

O presente volume de **Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão** organiza-se da seguinte forma: são nove artigos sobre diferentes temas, todos caros à Extensão Universitária, em que se apresentam e discutem aspectos referentes ao fazer universitário, aos desafios dessa abordagem social, paralelamente aos consideráveis ganhos desse trabalho. Na sequência, vêm dois relatos de experiência, que tematizam os crescimentos potencializados por essas formas de

aproximação e intervenção na realidade e, por fim, a entrevista com a professora Rita de Souza Leal, cuja vida acadêmica foi intensamente devotada à consolidação da Extensão Universitária. Com ela, nos damos conta de quão apaixonante é fazer Extensão!

No primeiro artigo, “Metodologia aplicada ao canteiro escola: a experiência de um ano de Projeto de Extensão no Curso de Engenharia Civil na PUC Minas - São Gabriel”, os professores Elke Berenice Kölln e Paulo Henrique Maciel Barbosa, com apoio dos graduandos Joyce Laryssa Dias Brandião e Renato Damasceno Netto apresentam seu trabalho no Projeto “Formação Social e Qualificação Profissional em Tópicos da Construção Civil em Comunidades Atendidas pelo Projeto Vila Fátima” como uma busca de alinhamento entre o conhecimento teórico e prático. Abordando de forma interdisciplinar diversas disciplinas do curso de Engenharia Civil, atuaram na qualificação dos envolvidos por meio de oficinas. Essas intervenções geraram, adicionalmente, metodologia que pode ser replicada, com possibilidades de alcance mais amplo do público-alvo e extensionistas.

Na sequência, em “A proteção jurídica dos territórios quilombolas no Plano Diretor do Município do Serro”, os participantes do Projeto de Extensão “A luta pelo reconhecimento dos direitos fundamentais das comunidades remanescentes de quilombo”, coordenado pelo professor Matheus de Mendonça Gonçalves Leite com seu grupo, constituído por cinco graduandos do Curso de Direito – Márcia Cristina Gama Zanon, Eugênia Chilombo, Julia Guimarães, Tairine Graziella Machado e André Tourinho Ribeiro –, expõem aspectos da metodologia adotada (pesquisa-ação), forma pela qual vêm obtendo cada vez maior mobilização e participação popular das lideranças quilombolas, no processo de Revisão do Plano Diretor do Município do Serro (PDM), que materializará o reconhecimento e preservação de diversas comunidades quilombolas. Neste trabalho, em especial, objetivaram “promover a tomada de consciência das lideranças quilombolas sobre as relações de opressão proporcionadas pelo PDM, mobilizando as comunidades quilombolas tradicionais do Serro para exigir a revisão deste documento, no sentido de se lhes reconhecer os direitos étnicos e territoriais”. Os resultados são promissores – como a iminente aprovação do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor pela Câmara dos Vereadores do Município de Serro –, bem como os ganhos à formação dos estudantes envolvidos, constatados no bojo das intervenções realizadas.

No artigo seguinte, “Assessoria técnica a ocupações urbanas: processos autônomos de urbanização”, os professores Viviane Zerlotini, Eduardo Moutinho Ramalho Bittencourt e Tiago Castelo Branco Lourenço, do Curso de Arquitetura, e o grupo de extensionistas – Caroline Cristiane Rocha, Luiz Felipe Velloso Leal, Mariana Laureano Benfica –, trazem a público o resultado de práticas de extensão desenvolvidas durante o ano de 2017, nas ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, na Região da Izidora, entre os municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia, ameaçadas por

ação de despejo. Partindo da proposta e experiência do Escritório de Integração do Curso de Arquitetura e Urbanismo que, desde 2002, “vem tomando como seu objeto áreas potenciais para experimentação de processos e técnicas de urbanização e, como seu interlocutor, grupos sociais organizados”, os autores contam como focaram a “experimentação de metodologias e técnicas de proposição e de execução na escala urbana, capazes de reorientar a atuação profissional do arquiteto-urbanista”, com o objetivo de empoderar os residentes dessas áreas “diante da dominação de um processo de urbanização econômica e politicamente perverso, socialmente excludente e ambientalmente predatório”. Atentos às demandas dos assessorados, procuraram atuar sobre processos excludentes de urbanização, auxiliando-os na conquista do direito à terra urbanizada, à moradia, enfim, a uma cidade e cidadania, em sua dimensão política.

No quarto artigo, “Estratégias de educação ambiental para implantação de hortas orgânicas em espaços urbanos”, coautoria dos professores André Rocha Franco, Fernando Verassani Laureano, Miguel Ângelo Andrade e dos graduandos Rayane Talyta Bernardes Camilo e Mariana Laureano Benfica (da geografia), Sofia Aguiar Carvalho Fonseca Cruz e Bárbara Cristina Liodoro de Souza (Ciências Biológicas), e Isabella Ludmila Felix da Silva Salgado (Engenharia Eletrônica e de Telecomunicação), destacam-se as experiências obtidas a partir do projeto “Universidade Sustentável DCBio”, da PUC Minas, cujo foco reside em “processos de mobilização de grupos sociais, inseridos em núcleos urbanos, interessados em refletir a respeito da qualidade ambiental e aplicar ações sustentáveis”. Partindo do objetivo inicial de implantação de uma horta orgânica, no *campus* universitário, ancorados em abordagens participativas de educação ambiental e de pesquisa-ação, os integrantes visavam uma estratégia que pudesse ser reproduzida / replicada em contextos semelhantes. Os impactos positivos mostraram que houve ressignificação de espaços e aprendizagens quanto a sustentabilidade e cooperação, além do fomento à reflexão da comunidade quanto à relação com o meio ambiente e o meio urbano e a uma maior conscientização quanto a sua alimentação.

No quinto artigo, intitulado “Os jovens e o direito à sustentabilidade e ao meio ambiente”, as professoras Adriane Maria Arantes de Carvalho e Meny Aparecida da Silva Ribas, com a colaboração dos extensionistas Diego Alves Simões, Larissa Taís Martins Belmiro e André de Muylder Oliveira, do curso de Administração, discutem o processo de implementação do Estatuto da Juventude, por meio do qual se passa a enxergar os jovens como sujeitos de direito. A partir das vivências nas oficinas desenvolvidas no bojo do “Projeto Ponto Jovem”, avaliam os conhecimentos dos adolescentes sobre o Estatuto e a percepção que revelam sobre os temas sustentabilidade e meio ambiente. Visando à formação do senso crítico e do autoconhecimento, mostram as estratégias

adotadas para que os participantes problematisassem e refletissem sobre suas próprias ações em relação ao meio ambiente e à demanda de desenvolvimento sustentável. Nota-se o valor do trabalho para os adolescentes, mas notoriamente também para os graduandos envolvidos.

No artigo seguinte, “Extensão Universitária no Curso de Ciências Contábeis na Percepção de Estudantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte”, a partir da proposta do então estudante de Ciências Contábeis, Victor Hugo Pereira, que, sob a orientação das professoras Maria de Fátima Drummond e Ev'Ângela Batista Rodrigues de Barros, realizou uma pesquisa exploratória, bibliográfica, sustentada por análise quantitativa de dados obtidos a partir de um questionário eletrônico semiestruturado. O objetivo foi analisar a percepção dos discentes do curso superior em Ciências Contábeis de instituições da Região Metropolitana de Belo Horizonte no que tange à Extensão Universitária. Foi possível identificar a percepção dos estudantes quanto ao modo como as instituições de ensino superior (IES) abordam a Extensão, como os alunos participam de tais ações, qual o papel do coordenador de Extensão (quando existe) e os benefícios da relação aluno / universidade e sociedade, ao desenvolver tais práticas. Nas análises dos dados obtidos (124 respondentes), verificou-se o desconhecimento das modalidades (projetos, cursos, *etc.*) disponíveis, o que indica longo percurso a ser trilhado para disseminação da Extensão em diversas IES mineiras. Os resultados podem gerar informações relevantes para o planejamento dos gestores universitários, para os coordenadores, em geral, de modo a que se reverta em maior apropriação pelos alunos universitários da importância das práticas de Extensão no processo de educação e formação acadêmico-humanística do discente.

O sétimo artigo, “Prática da educação como direito fundamental”, escrito por um grupo de estudantes do curso de Direito – Sarah Ferraz Simão, Maria Ferraz Simão, Maria Eduarda Nunes de Oliveira, Maria Clara Pitangui, Fernanda Silva Maia Leonardo Vinícius Araújo, Tainara Gomes de Araújo –, apresenta os resultados de pequena investigação realizada como prática curricular na disciplina de Introdução ao Estudo do Direito. A partir do tema “A prática da educação como direito fundamental”, fizeram pesquisa exploratória, a partir da aplicação de um questionário com afirmativas que abordam aspectos relacionados à educação, as quais deveriam ser interpretadas pelos entrevistados como verdadeiras ou falsas. A consulta realizada teve como objetivo problematizar o tema previsto e, conseqüentemente, propiciar um debate que levasse os participantes à reflexão sobre a realidade da educação na sociedade brasileira. Com isso, visavam refletir sobre o quanto a equidade de direitos para os cidadãos toma-se relevante no desenvolvimento da sociedade brasileira.

O oitavo artigo, intitulado “Aprender a Incluir: o papel da Extensão Universitária na perspectiva de alunos extensionistas do Programa Rede Incluir”, traz análise efetivada por uma equipe multidisciplinar, composta por Anna Karina Cunha Gonçalves (Psicologia), Edijane Pereira dos Santos (Educação Física), Gabriela de Souza Vaz (Fonoaudiologia) e Luiza Roberta Maciel Faleiro (Direito), a partir de sua atuação em projeto desenvolvido sob a orientação e o acompanhamento da professora Carolina Costa Resende. Em linhas gerais, o projeto em tela visa à articulação da rede local de apoio à pessoa com deficiência, com intuito de fomentar sua inclusão social, por meio da profissionalização e inserção no mercado de trabalho. Os resultados dos trabalhos, discutidos à luz da metodologia participativa de Thiollent (2003), evidenciam o protagonismo dos graduandos extensionistas, que se capacitam e planejam as intervenções, realizam e avaliam cada evento, monitoram os resultados para os beneficiários diretos (pessoas portadoras de deficiências), bem como a seus familiares.

O nono e último artigo, “Prática educativa com cantineiras de uma escola de Belo Horizonte sobre hipertensão arterial sistêmica”, traz um trabalho desenvolvido por um grupo de estudantes de Enfermagem – Ana Luiza Giacom da Silva, Joyce Cristhiane Moraes de Mendonça, Patrícia de Fátima Alves da Mata, Taines Nicole de Mattos Gomes, Yara Moreira Nasckio Abico –, orientadas pelo professor Marcos Roberto do Nascimento. Com o objetivo de promoção da saúde de um grupo de cantineiras de uma escola da Regional Barreiro, em Belo Horizonte (MG), enfocaram, em oficinas e outras atividades, os agravos da Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS). Feito um diagnóstico inicial, entrevistaram por meio de medidas simples (como uso de técnicas lúdicas, aferição / monitoramento da pressão arterial, elaboração de cartazes e materiais de divulgação sobre o tema para a comunidade escolar, entre outros aspectos atinentes a essa patologia), com intuito de levar a uma mudança de hábitos prejudiciais ao bem-estar desses sujeitos. Em seu trabalho, ressaltam o valor da dimensão educativa da ação do enfermeiro, que pode se dar em diversos locais de atuação, com resultados satisfatórios.

Na sequência, temos dois relatos de experiência. No primeiro, intitulado “Relato de experiência extensionista: gestão do Projeto Qualidade de Vida para Todos”, a professora Cláudia Barsand de Leucas, assessorada pelos alunos Túlio Fernandes de Almeida (da Fisioterapia) e os demais, da Educação Física – André Luiz Castro Ferreira e Jackson de Paula Moreira: Diego Henrique Souza dos Santos e Helbert Lucas de Oliveira – fazem breve histórico do projeto (que se iniciou em 2014), cujo foco é propiciar a prática de atividades aquáticas a pessoas com deficiência, visando promover a melhoria da qualidade de vida dos participantes e familiares. Neste relato

reflexivo, os autores buscam mapear o que se agrega a sua formação, desde o momento do primeiro contato com os beneficiários diretos, e que gera um diferencial sensível em seu processo de formação acadêmica e na sua constituição cidadã, nas esferas ética, humanística e política.

No segundo relato, “Práticas na Comunidade II: uma experiência com crianças residentes num abrigo”, os estudantes de Medicina – Clara Jamarino Braga de Almeida, Igor Martins Costa, Isabela de Oliveira Resende Neves e Izabella Moreira Fulgêncio Victor Campos Guimarães, sob orientação do Professor e Doutor em Ciências da Saúde, Antônio Benedito Lombardi, os autores explicitam reflexões propiciadas por uma pesquisa-ação em um abrigo público na cidade de Igarapé, interior de Minas Gerais. A partir de oficinas de natureza lúdica, constataram determinadas defasagens das crianças abrigadas e identificaram formas de intervenção possíveis para atendimento das demandas mapeadas. Embora ainda no primeiro ciclo do Curso de Medicina, os alunos-pesquisadores mostram-se engajados e socialmente comprometidos, diante do cenário que se lhes desponha, a partir desta incursão num equipamento social.

Por fim, mas como um fecho bem conduzido a tudo o que a precede, vem a entrevista com a professora e assistente social, Rita de Souza Leal. Nela, as autoras – Camila Mendes e Lorena Gonçalves, funcionária e estagiária da Proex, respectivamente –, travam uma longa conversa com a entrevistada, em que vão sendo desveladas nuances da consolidação da Extensão – na PUC Minas, mas também no país –, da ligação entre a pessoa e a profissional visceralmente devotada à transformação da realidade. Vale conferir. Com Rita, é impossível não concordar com o quanto a Extensão “física” aqueles que a ela se dedicam.

Após essa breve apresentação, que apenas prenuncia o instigante conteúdo presente neste volume, convidamos você, leitor, a adentrar o mundo – sempre desafiante – das diversas modalidades de Extensão. Esperamos que seja uma leitura profícua, que evidencie o muito que se vem construindo, de forma criativa e visando à sustentabilidade das ações, a fim de que a Extensão Universitária, assim adjetivada, como salienta a professora Rita Leal, cada vez mais, se aproprie do relevante espaço que lhe cabe na constituição da universidade brasileira, e, em especial na PUC Minas, que se quer sempre democrática, inclusiva e socialmente comprometida com a realidade contemporânea.

REFERÊNCIAS

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Carta de Curitiba**. XXIX Encontro Nacional do Forproex. Curitiba /PR, 2011.

FERNANDES, Marcelo Costa et. al. Universidade e extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.28, n. 0-4, p169-194, dez. 2012.

PEREIRA DOS SANTOS, Marcos. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: espaço de aprendizagem profissional e suas relações com o ensino e a pesquisa na educação superior. **Revista Conexão UEPG** [em línea]. 2012, 8 (jul-dez.). Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514151728002>. Acesso em: 30 maio 2018.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Extensão. **Regulamento da Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas**. PUC Minas, 2015. Disponível em <<http://www.pucminas.br/proex>>. Acesso em: 28 fev. 2018.